

A tática dos militares no Congresso

por Andrew Greenlaes
de Brasília

Uma cuidadosa operação de estratégia militar se desenvolve nos corredores e gabinetes da Assembléia Nacional Constituinte. O objetivo: assegurar que a nova Constituição trate determinados temas dentro de parâmetros que agradam aos quartéis.

Os responsáveis por este trabalho — iniciado em janeiro, antes mesmo da abertura da Constituinte — repudiam qualquer referência a um "lobby" militar.

Preferem classificar sua atividade como "prestação de auxílio e informações aos parlamentares interessados". Segundo um deputado contactado, a atuação mais eficiente é a do Exército. "Eles estão muito bem preparados, sabem bem do que estão falando", comenta este parlamentar do PFL, que admite ter sido convencido a mudar de idéia em alguns pontos levantados no encontro.

Cerca de um terço dos 559 constituintes já foram procurados pelos assessores do Exército, especialmente atentos aos membros de comissões que abordam em questões como a segurança do Estado (incluído aí o papel das Forças Armadas na vida nacional), Organização dos Poderes, Ciência e Tecnologia, Direitos e Garantias Individuais, Soberania Nacional e Ordem Social.

A atividade dos seis oficiais no Congresso é coordenada pela assessoria parlamentar do Ministério

Aeronáutica perde DAC e reage

por Andrew Greenlaes
de Brasília

O principal "descuido" dos militares responsáveis pela vigilância dos interesses das Forças Armadas na Constituinte envolveu os assessores da Aeronáutica.

Enquanto se preocupavam com questões institucionais, como o papel dos militares na vida nacional, deram menor importância a outras áreas.

Por catorze votos a zero, a Subcomissão dos Transportes decidiu desvincular o Departa-

mento de Aviação Civil (DAC) do Ministério da Aeronáutica, causando grande desconforto na Arma. O DAC controla todo o intenso tráfego aéreo comercial do País.

A reação, no entanto, foi rápida. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, telefonou ao autor da proposta de desvinculação, deputado Noel de Carvalho, do PDT do Rio de Janeiro, para apresentar os argumentos dos militares contra a idéia. "Depois que se deram conta, eles (os militares) realmente trabalharam

muito para recuperar o DAC", disse a este jornal o deputado.

Segundo Noel de Carvalho, o próprio presidente José Sarney chegou a sugerir ao relator da Comissão de Ordem Econômica, senador Severo Gomes, do PMDB de São Paulo, que mantivesse a subordinação do DAC ao Ministério da Aeronáutica. Em seu pré-relatório, apresentado na semana passada, Severo Gomes deixou de fora a questão. Na prática, rejeitou a proposta de Noel de Carvalho, que prometeu insistir na tese durante a votação deste final de semana.

do Exército, alojada em três salas no 25º andar do Senado Federal. Os militares são formados pela escola de comando do Estado Maior do Exército, além de terem cursado Direito Constitucional e Internacional. No mesmo corredor do Senado, ficam os escritórios da Marinha e da Aeronáutica, com três assessores cada.

O trabalho consiste basicamente, em conversar com os constituintes, procurando convencê-los, por meio de argumentos repletos de dados estatísticos e informações históricas, que ficam à disposição para serem utilizados na formulação de propostas. Nas salas das assessorias, os relatórios e emendas de todas as comissões são analisadas demoradamente, bem como os resultados de todas as votações, especificada a posição de cada deputado ou senador.

As teses que preocupam

diretamente as Forças Armadas foram reunidas num livretinho de 29 páginas editado pelo Centro de Comunicação Social do Exército, intitulado "Temas Constitucionais — Subsídios". A distribuição aos interessados é gratuita.

O primeiro ponto levantado nesta publicação — o papel constitucional das Forças Armadas — é também assunto obrigatório nos contatos pessoais. "É uma das mais arraigadas tradições do Direito Constitucional Brasileiro a dupla missão das Forças Armadas, contra o inimigo externo que ameaça a soberania nacional ou a integridade de seu território, e contra aqueles que, no interior do País, perturbem gravemente a ordem ou afrontem os poderes constitucionais e o império da lei", diz o texto.

Fiéis a este raciocínio, os assessores defendem, junto aos parlamentares, o ante-

projeto do relator da Subcomissão de Defesa do Estado, deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), que transcreveu palavra por palavra o artigo proposto na publicação do Exército: "As Forças Armadas destinam-se à defesa da pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem".

No primeiro relatório, que apresentou à comissão temática que analisou a questão, o deputado Prisco Viana do PMDB da Bahia, confirmou o texto de Fiuza, ressaltando que a Subcomissão aprovou o anteprojeto por maioria superior a dois terços dos seus presentes.

Um dos aspectos combatidos com maior intensidade pelos militares é o da anistia a militares, aprovada na subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. Os assessores garantem que a resistência não é política, mas sim contra

"indivíduos com conduta inaceitável". Nessa categoria, os quartéis incluem os condenados por corrupção e os afastados da tropa por serem homossexuais.

Ainda no capítulo da formação de quadros, os militares insistem na manutenção do serviço militar obrigatório, sob os argumentos de que o País não teria condições de arcar com um exército profissional (os conscritos no sistema obrigatório recebem baixa remuneração), o prejuízo da "capacidade de mobilização com a presteza que exige a guerra moderna", e o isolamento dos militares em relação à sociedade, já que os conscritos são vistos como elo dessa ligação. O relatório de Prisco Viana assegurou a continuidade do serviço obrigatório.

Outra preocupação fundamental dos assessores: manter a prerrogativa da Justiça Militar no julgamento de civis "nos crimes

contra as instituições militares".

Ainda de acordo com o texto elaborado pelo Exército, este direito de julgamento poderá ser estendido aos "crimes contra a segurança nacional". Dentro desse tema, os militares não abrem mão da existência do Conselho de Segurança Nacional, cuja extinção foi defendida perante a subcomissão, por exemplo, pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcio Thomaz Bastos.

A idéia de substituir os atuais ministérios do Exército, da Aeronáutica e da Marinha por um Ministério da Defesa desagradou profundamente aos militares. Os argumentos oficiais são no sentido de que a proposta não traria corte de gastos nem maior integração das forças.

Na verdade, porém, as resistências parecem principalmente da Marinha e da Aeronáutica, que temem assistir o Exército, com sua estrutura avantajada, dominar um hipotético Ministério da Defesa. "Os Estados Unidos instituíram o Ministério da Defesa em 1947 e, desde então, não ganharam uma guerra" ironiza um assessor militar.

Temas como a duração do mandato presidencial e o sistema de governo a ser implantado no País são considerados "nevrálgicos", mas os assessores limitam-se a acompanhar atentamente a marcha dessas discussões, evitando priorizá-los nos contatos com os constituintes.

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Anteprojeto começa a ser elaborado

A primeira versão do texto completo da nova Constituição será encaminhada ao plenário pelo relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), no dia 15 de julho, uma quarta-feira.

A partir desta semana, os trabalhos da Constituinte concentram-se na Comissão de Sistematização. Os anteprojeto aprovados nas oito comissões temáticas serão compatibilizados por Bernardo Cabral e por outros dois constituintes: o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Bernardo Cabral tomou a iniciativa de indicar um grupo de oito constituintes para o que chama de "trabalho de campo". Cada um terá a tarefa de discutir com os membros das oito comissões temáticas as questões mais polêmicas.

O trabalho será feito por José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), Wilson Martins (PMDB-MS), Nilson Gibson (PMDB-PE), Joaquim Bevilacqua (PMDB-SP), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Virgílio Távora (PDS-CE), Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) e Renato Viana (PMDB-SC). É o grupo de constituintes mais afinado com o deputado Bernardo Cabral. Foi indicado por sua escolha pessoal.

Anteprojeto de Constituição. O dia 9 de julho, uma quinta-feira, será dedicado à discussão do anteprojeto, a ser votado no dia seguinte, uma sexta-feira, juntamente com as emendas.

No sábado, 11 de julho, serão distribuídos os avulsos para a redação final do projeto e começará a ser contado o prazo de três dias para o relator apresentar a redação final, o que deverá fazer no dia 13 de julho, segunda-feira. No dia seguinte, terça-feira, a redação final será discutida ainda no âmbito da Comissão de Sistematização, para que na quarta-feira já esteja no plenário da Constituinte para discussão e apresentação de emendas.

O PRAZO DO ANTEPROJETO
Quarta-feira começa a